

Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim Mensal (IGTN)
Vol. 4 – nº 9

Novembro de 2004
Notícias da OMC e do Comércio Regional

www.IGTN.org

Notícias Multilaterais

§ Negociações da OMC sobre Facilitação do Comércio, Agricultura, e Comércio e Desenvolvimento – Maria Pia Hernandez, IGTN Escritório de Genebra

§ Comércio e Gênero: Oportunidades e Desafios para os Países em Desenvolvimento – uma resenha de Maria Pia Hernandez, IGTN Escritório de Genebra

Notícias Regionais

§ Congressos Regionais Começam a Considerar o CAFTA – Kristin Sampson, Secretariado da IGTN

§ Negociações do ALC Andino Começam a Sexta Rodada – Kristin Sampson, Secretariado da IGTN

REGIÕES DA IGTN EM AÇÃO

**§ Seminário Virtual Latino-americano sobre Gênero e Comércio – Rede Latino-americana de Gênero e Comércio

§ Encontro de Beijing + 10 com OMC + 10: Conferência sobre o impacto da liberalização do comércio sobre a segurança econômica das mulheres nos Estados Unidos – Center of Concern, Secretariado da USGTN

Gênero, Comércio e Desenvolvimento

§ Eventos e Avisos

Notícias Multilaterais

Negociações da OMC sobre a Facilitação do Comércio, Agricultura, e Comércio e Desenvolvimento

Maria Pia Hernandez, IGTN Genebra

Grupo de Negociações para a Facilitação do Comércio (NGTF)

O recém-criado NGTF, presidido pelo Embaixador Malásio Muhamad Noor Yacob, realizou sua primeira reunião formal em 15 de novembro e adotou o Programa de Trabalho (TN/TF/1) que havia sido negociado nas últimas semanas. O primeiro item da agenda dispõe sobre o esclarecimento e aprimoramento de aspectos relevantes dos Artigos V, VIII e X do GATT 1994 com vistas a acelerar a movimentação, liberação e desembaraço de bens, inclusive de bens em trânsito. As negociações deverão objetivar ainda provisões para uma cooperação efetiva entre autoridades alfandegárias e outras acerca da facilitação do comércio e questões ligadas ao desembaraço alfandegário.

Os demais cinco itens da agenda se referem a: 1) tratamento especial e diferenciado; 2) implicações de custo oriundas das medidas propostas; 3) melhorar a assistência e o apoio técnico para a capacitação na área da facilitação do comércio; e 4) trabalho conjunto com outras organizações internacionais pertinentes. Muitas delegações destacaram a importância de levar em conta as necessidades e as circunstâncias especiais dos países em desenvolvimento e dos menos desenvolvidos. Países sem saída para o mar veicularam a esperança de que as negociações lhes poderiam trazer benefícios práticos, destacando que enfrentam custos de transporte mais elevados em comparação com outros Membros. Algumas delegações instaram que suas restrições de recursos sejam consideradas quando novas reuniões forem marcadas. Entretanto, outras delegações insistiram que o NGTF deva se esforçar para fazer suas reuniões com frequência de forma a se equiparar às negociações noutras áreas.

Comitê para Agricultura

Os Membros da OMC realizaram negociações sobre agricultura durante a segunda “semana da agricultura” em Genebra de segunda-feira, dia 15 de novembro, até sexta-feira, dia 19. Houve várias reuniões informais, uma Sessão Especial (de negociações) nos dias 16 e 17 e uma sessão regular no dia 18. A semana de negociações se concentrou em questões técnicas e incluiu discussões iniciais acerca de alguns dos tópicos contidos no Anexo A do documento base de julho, tais como: (a) disciplina sobre créditos de exportação; (b) conversão de tarifas não *ad valorem* em equivalentes *ad valorem* [1]<outbind://60/#_ftn1>; (c) empresas comerciais estatais de exportação; (d) disciplina sobre o uso de auxílio sob a forma de alimentos; (e) revisão de critérios sobre o uso do apoio doméstico do tipo “caixa verde”; (f) a possível expansão da quota tarifária baseada em MFN para produtos sensíveis (Parágrafo 34); e (g) a metodologia para rematar as Medidas Agregadas de Apoio para produtos específicos (AMS) em seus respectivos níveis médios (Parágrafo 9).

Teve particular relevância a apresentação da Costa Rica [2]<outbind://60/#_ftn2> sobre “Produtos Tropicais” e produtos que fornecem uma alternativa a plantações de entorpecentes ilícitos. Segundo a proposta, falou-se pela primeira vez em tratar dos produtos tropicais durante a Rodada do Uruguai e a questão é explicitamente mencionada no parágrafo 43 do documento base de julho, onde se diz que “a total implementação do antigo compromisso de atingir a mais profunda liberalização do comércio de produtos agrícolas tropicais e aqueles de particular importância para diversificar e propiciar um distanciamento do cultivo de entorpecentes ilícitos está ultrapassada e será tratada

efetivamente nas negociações de acesso a mercados.” A apresentação destaca que é imperioso acatar este mandato, que forneceria oportunidades significativas para o desenvolvimento e permitiria aos países envolvidos uma melhor abordagem às suas questões de dívida externa, especialmente porque em vários países em desenvolvimento os produtos agrícolas tropicais são responsáveis por mais de 50 por cento das exportações. Os consumidores nos países desenvolvidos também se beneficiariam com os preços mais baixos.

A sugestão requer ações concretas de forma a reduzir as tarifas que incidem sobre esses produtos, a remover picos tarifários, a abolir quotas sobre os produtos, a tratar das barreiras não tarifárias e a propiciar o tratamento de nação mais favorecida (MFN). Essas medidas devem ser permanentes e incondicionais. Vários países em desenvolvimento, inclusive a Bolívia em nome do G20, responderam positivamente à proposta.

Sobre a questão dos critérios da “Caixa Verde” para o apoio doméstico, em nome do G20 o Brasil declarou que a experiência anterior demonstrou que as medidas da “caixa verde” distorcem o comércio e requerem uma análise minuciosa dos dispositivos relevantes no Acordo para a Agricultura. O Brasil ainda argumentou que o porte total dos pagamentos da caixa verde ficou acima dos 70 bilhões de dólares em 2001, o que inevitavelmente resultou em distorções do comércio. Dentre outros países, os integrantes do Grupo de Cairns [3] também pediram uma revisão dos critérios da “caixa verde”. De forma a auxiliar nas negociações, o Secretariado preparou uma nota de orientação sobre as medidas da Caixa Verde (TN/AG/S/10).

O G20 insistiu em favor de novas disciplinas para a caixa verde de forma a assegurar que os pagamentos diretos e outros programas de apoio à geração de renda não estimulem os agricultores a aumentarem sua produção e evitar que esquemas assim sejam formulados de maneira a permitir que os agricultores esperem mais subsídios no futuro. Esta proposta tenciona evitar que particularmente os EUA e a UE identifiquem mais subsídios causadores de distorções como os de “apoio à caixa verde” num esforço de cumprir as regras da OMC enquanto ainda oferecem subsídios causadores de distorções aos seus produtores domésticos.

Quanto à questão da “fórmula de redução tarifária” (encontrada a partir do P arágrafo 28 do Documento Base de Julho), alguns países indicaram que essa discussão deva prosseguir em paralelo à discussão que se encaminha no Grupo de Negociação sobre Produtos Não Agrícolas (NAMA). Esses países não querem nas negociações do NAMA um precedente ruim que possa ser usado contra eles nas negociações da agricultura. De modo a auxiliar os Membros em suas discussões, o Secretariado da OMC preparou uma nota de orientação que aborda a disponibilidade de dados necessários para o cálculo dos equivalentes *ad valorem* (AVEs) na fórmula escalonada para as reduções tarifárias.

Nas discussões sobre “créditos para exportação”, os membros usaram como ponto de partida o esboço de um texto sobre créditos para exportação produzido pelo ex-presidente do grupo de negociação sobre a agricultura Stuart Harbinson. Esse esboço será usado como base para dar início às discussões, mas não será o único. As discussões se concentraram nas disposições sobre períodos de pagamento, pagamentos mínimos e mínimas taxas de juros;

no risco compartilhado e na certeza de auto-financiamento dos programas de crédito. Os EUA e a UE expressaram apoio para que a linguagem usada no Esboço de Harbinson ao se tratar das formas de créditos para exportação e dos fornecedores desses créditos seja sujeitada a novas disciplinas.

Negociações sobre Agricultura: Sub-comitê do Algodão

No dia 19 de novembro, os membros da OMC configuraram um organismo para se concentrar no algodão como um tema específico nas conversações sobre agricultura, conforme exigido nos parágrafos 4 e 5 do documento base de julho. Espera-se que o Embaixador Tim Groser da Nova Zelândia, presidente da Sessão Especial sobre Agricultura, venha a chefiar o sub-comitê, que está encarregado de trabalhar em cima de “todas as políticas causadoras de distorções no comércio que afetem o setor” nos três pilares das conversações sobre a agricultura (acesso a mercados, apoio doméstico e concorrência na exportação). O trabalho levará em conta a necessidade de uma “coerência entre o comércio e os aspectos da questão do algodão ligados ao desenvolvimento”. Assim, o sub-comitê irá tratar dos dois principais componentes da proposta original: comércio, que está coberto pelas negociações sobre as barreiras comerciais, apoio doméstico e subsídios à exportação; e desenvolvimento, que cobre vários aspectos para ajudar os produtores de algodão menos desenvolvidos a enfrentar as condições vigentes do mercado e a atender outras necessidades.

Benin, Burkina Faso, Chad e Málí acenaram originalmente com a iniciativa do algodão no Conselho Geral e nas negociações sobre a agricultura. Descrevem o dano que acreditam ter-lhes sido causado pelos subsídios do algodão nos países mais ricos, requerem a eliminação dos subsídios e uma indenização pelas perdas econômicas deles oriundas enquanto os mesmos ainda estiverem sendo concedidos. As visões dos Membros diferiam quanto ao fato de tal assunto ser tratado como uma questão específica ou se ele deveria vir sob o título mais abrangente de subsídios agrícolas e apoio doméstico. Diferiam também quanto à questão da indenização.

Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento (CTD)

Os Membros da OMC estão discutindo atualmente a adoção do Plano de Assistência Técnica e Treinamento para 2005 (WT/COMTD/W/133/rev.1), que deverá ser por eles aprovado até o fim deste ano. O Embaixador Trevor Clarke de Barbados presidiu a Sessão Especial do CTD, cujo assunto principal de debate tem sido a inclusão da assistência técnica para têxteis e vestuário no Plano de Assistência Técnica para 2005 sob a forma de treinamento e oficinas regionais, particularmente no período dos custos pós-ajuste quando forem eliminadas as quotas pertinentes conforme o Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATC).

Alguns Membros, como a China e o Brasil, discordam quanto à inclusão desse setor no plano. A China expressou que, com a eliminação do ATC em dezembro do corrente ano e dado que a assistência técnica é normalmente fornecida para tópicos referidos tanto nos Acordos da OMC quanto na Declaração de Doha, não havia razão para que os têxteis e o vestuário fossem um componente do plano de assistência técnica. O Brasil apoiou a posição

da China, sugerindo que um motivo para resisitir à inclusão da assistência técnica no setor seria se a mesma fosse propiciada em bases alheias ao mandato de Doha, isso poderia por sua vez abrir o escopo da assistência técnica para outras áreas alheias ao mandato, inclusive os três temas de Cingapura rejeitados (política de concorrência, transparência nas compras governamentais e investimento). Algumas fontes sugeriram que a China talvez esteja temerosa de que uma falta de clareza sobre a assistência pós-ATC possa levar alguns países a tentarem ressuscitar as quotas neste setor dentro das negociações do NAMA em 2005.

Uganda, Quênia e alguns países da América Central esclareceram que não querem ressuscitar as quotas, mas apenas buscar assistência sobre como facilitar o ajuste de suas economias e indústrias domésticas na era pós-ATC. Ainda prosseguem as discussões nessa área, que é de crucial importância para os países exportadores de têxteis com economias pequenas e vulneráveis. Deve-se encontrar uma solução até o final deste ano, de forma que se possa propor um Plano de Assistência Técnica para 2005 para aprovação orçamentária.

Para ter acesso a estas Notícias da OMC e a outras passadas, visite:

<http://www.igtn.org/Updates/updates.html/>

Comércio e Gênero: Oportunidades e Desafios para os Países em Desenvolvimento

Resenha de Maria Pia Hernandez, IGTN Genebra

Em fevereiro de 2003, a Rede Inter-agências da ONU para a Igualdade das Mulheres e de Gênero criou uma força tarefa sobre gênero e comércio, presidida pela UNCTAD, que envolve agências daquela organização e comissões regionais, o Banco Mundial, a OMC, a OCDE e o secretariado da Comunidade das Nações. A criação dessa Força Tarefa Inter-agências para o Gênero e o Comércio envia sonora mensagem política para a própria comunidade da ONU sobre a importância de integrar considerações de gênero ao sistema internacional de comércio e também tem dado valiosas contribuições técnicas e análises sobre o impacto causado pela liberalização do comércio à igualdade de gênero e ao desenvolvimento, particularmente em áreas cruciais de negociações como as dos serviços, dos têxteis, da agricultura e das questões de propriedade intelectual. O livro "Trade and Gender: Opportunities and Challenges for Developing Countries", publicado e divulgado em junho de 2004 na 11ª UNCTAD em São Paulo, Brasil, é uma importante ferramenta estatística e analítica para apresentar o problema do gênero num nível global bem como para demonstrar a necessidade de empoderamento e participação das mulheres nos processos econômico e social.

Estrutura do livro

À guisa de introdução, o livro começa com um apanhado geral dos principais argumentos e da importância de integrar as considerações de gênero às questões do comércio e do desenvolvimento. O corpo do livro é composto de análises setoriais específicas de áreas cruciais de negociação nas quais predominam as trabalhadoras, como agricultura, têxtil, serviços e TRIPS. Cada seção apresenta dados sobre a participação das mulheres no setor, análises da contribuição social e econômica das mulheres nas áreas, e comentários sobre o tratamento da questão do gênero no contexto das negociações da OMC sobre o assunto.

Estudos de caso de mulheres em vários países e regiões enriquecem a documentação sobre a contribuição das mulheres.

Depois das análises setoriais, há uma seção que trata da ligação formal das questões dos direitos humanos, gênero e comércio, que se aprofunda no fato de que a igualdade de gênero é uma questão de direitos humanos e, portanto, deveria estar plenamente integrada a todos os processos sócio-econômicos e ao planejamento de políticas, principalmente as que tratam da liberalização do comércio. Destaca-se também a urgência em dar aos valores e princípios dos direitos humanos uma prioridade maior que a dos objetivos do comércio e a de um modelo para o crescimento econômico que poderia acabar prejudicando o desenvolvimento humano.

São reservados dois capítulos para questões como as políticas de concorrência e a necessidade de implementar Avaliações do Impacto do Comércio com Diferenciação de Gênero para que se reforme o comércio. Em sua conclusão, o livro apresenta as experiências no sistema da ONU com relação à capacitação específica de gênero para o desenvolvimento empresarial e do comércio.

O artigo completo, contendo comentários detalhados sobre a análise que a publicação faz sobre as mulheres na área da agricultura, dos têxteis e dos serviços, se encontra em: <http://www.igt.org/Research/Comments%20UNCTAD%20PUBLICATION.pdf>.

Notícias Regionais

Congressos Regionais Começam a Considerar o CAFTA

Kristin Sampson, Secretariado da IGTN

As eleições nos EUA colocam em suspenso a passagem do Acordo Centro-americano de Livre Comércio (CAFTA) no próprio país e na América Central. Entretanto, com a reeleição do Presidente Bush, os congressos de toda a região se preparam para votar o CAFTA.

O Presidente Bush se comprometeu a pressionar o Congresso a aprovar o CAFTA logo no início do ano que vem. Entretanto, parece que a matéria só será apresentada se os republicanos conseguirem garantir votos suficientes para uma aprovação rápida. Alguns militantes sugerem que o Governo talvez só a apresente depois que os TLCs Andino e Panamenho tenham sido negociados e possam ser apresentados como um “pacote” para ganhar momentum.

Embora a República Dominicana tenha sido incluída no Acordo, como de fato está, os EUA a estão excluindo por causa de um imposto dominicano sobre refrigerantes importados feitos com xarope de milho com alto teor de frutose que foi aprovado em outubro como parte de um projeto de lei de reforma econômica muito mais ampla. Ainda que o Presidente Dominicano Leonel Fernandez tenha apoiado a revogação do imposto do açúcar, a legislatura não agiu conforme sua recomendação. Em resposta, o Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) continuou com a preparação de uma versão do texto negociado

que omite disposições específicas à República Dominicana, mas é idêntico à versão assinada em agosto com a Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e a República Dominicana. Sinalizando ainda mais pressão norte-americana sobre a RD, o USTR pediu à Comissão Internacional Norte-americana para o Comércio que preparasse um relatório sobre o provável impacto econômico de um ALC com somente os cinco países centro-americanos – um relatório que se tornaria relevante se o Governo resolver introduzir legislação sobre o CAFTA sem a RD.

Embora haja um claro apoio para uma versão do CAFTA entre o Governo e os Republicanos, Democratas, líderes sindicais, grupos de mulheres e ainda os religiosos estão à frente de uma mobilização crescente contra o CAFTA e demais acordos de livre comércio. Os adversários continuam mencionando inadequadas proteções aos trabalhadores e ao meio ambiente no CAFTA. A concorrência cada vez maior da carne de vaca australiana e das frutas chilenas e a continuidade das barreiras aos produtos agropecuários norte-americanos na UE e no Japão levaram os produtores rurais norte-americanos a questionar os benefícios dos acordos regionais de livre comércio.

Os governos centro-americanos em geral são a favor do CAFTA, mas o povo se coloca cada vez mais contra o Acordo. Avaliações atuais da situação sugerem que a legislatura salvadorenha vá votar o CAFTA em dezembro e que provavelmente irá ratificar o Acordo. Entretanto, grupos de oposição ao CAFTA continuam a se mobilizar e uma grande campanha regional contra a flexibilização trabalhista será lançada em 30 de novembro de 2004 em El Salvador. A campanha destaca especificamente que acordos como o CAFTA irão efetivamente dismantelar as leis existentes que protegem os direitos dos trabalhadores. Ações semelhantes estão sendo planejadas em Honduras, Guatemala e Costa Rica para fevereiro de 2005.

Os militantes também relatam que a Guatemala está planejando votar o CAFTA em dezembro. Entretanto, o país recentemente revogou uma lei que dispunha sobre um retardo automático de cinco anos na disponibilidade de medicamentos genéricos independentemente de sua situação de patente em algum país. O gesto parece estranho considerando-se que o CAFTA inclui dispositivos semelhantes e pretende estendê-los para toda a América Central. Além disso, conforme destacam os Médicos Sem Fronteiras, o CAFTA evitaria que os signatários aproveitassem as flexibilidades encontradas no acordo vigente da Organização Mundial do Comércio obstruindo a concorrência dos genéricos – o único mecanismo comprovado para se conseguir reduções de preços sistemáticas e sustentáveis. Tomara que essa revogação signifique uma mudança na atitude governamental com relação ao CAFTA.

Como parte da oposição espontânea ao CAFTA, a sociedade civil guatemalteca está se esforçando para que o governo e o congresso liberem o conteúdo do CAFTA, conforme lei nacional, de forma que a sociedade civil fique a par das vantagens e desvantagens.

Já que a Costa Rica está envolvida num escândalo de corrupção envolvendo muitos ex-presidentes, a legislatura provavelmente irá postergar qualquer outro assunto polêmico como o CAFTA, o que possivelmente implicaria numa mudança da constituição

costariquenha antes que ela seja aprovada – uma medida controversa que certamente iria provocar uma batalha legislativa.

Considerando-se que existe um bloco de peso se opondo ao CAFTA no congresso hondurenho, a batalha legislativa naquele país provavelmente se prolongará. O sentimento geral é o de que a Nicarágua há de esperar que o congresso norte-americano aja a respeito do CAFTA antes de introduzir o assunto em sua própria legislatura.

Começa a Sexta Rodada das Negociações do Acordo Andino (AFTA)

Kristin Sampson, Secretariado da IGTN

A Quinta Rodada de Negociações (25 a 29 de outubro de 2005, Guayaquil, Equador) se encerrou com discordâncias significativas em torno da agricultura e dos direitos de propriedade intelectual. Na agricultura, a Colômbia insiste que as preferências comerciais do AFTA na agricultura devem ir além das já recebidas na Lei Andina de Promoção do Comércio e Erradicação das Drogas (ATPDEA). O país vê uma forte conexão entre a defesa da agricultura lícita e do emprego rural e a luta contra as drogas e o terrorismo. Além disso, os subsídios à agricultura nos Estados Unidos na faixa dos 15 bilhões de dólares anuais ainda tolhem a esperança andina de obter maior acesso ao mercado agrícola norte-americano.

Em termos de direitos de propriedade intelectual, a proposta dos Estados Unidos pretende classificar todas as formas de vida como “invenções” e assim abrir caminho para seu patenteamento. Conforme observa a agência de notícias Inter Press Service, tal fraseamento violaria a lei doméstica dos três países andinos que estabelece ser a biodiversidade um patrimônio nacional e regional e reconhece o conhecimento tradicional dos povos indígenas no que tange os usos dos recursos genéticos locais. Embora os negociadores andinos tenham instruções de não infringir a lei nacional, os críticos do AFTA duvidam que essas leis domésticas se sustentem nas negociações do acordo. Os Estados Unidos se esforçam para que as questões de biodiversidade fiquem dentro da lei de patentes e têm se mostrado resistentes a reconhecerem o conhecimento indígena tradicional. Os países andinos também se preocupam que as propostas sobre os direitos da propriedade intelectual apresentadas pelos Estados Unidos elevem muito os preços de remédios de grande necessidade por causa da proteção das patentes.

Os negociadores irão empreender conversações acerca dessas questões nesta semana em Tucson, no estado do Arizona, à medida que se desenrola a sexta rodada a ser realizada entre 29 de novembro e 04 de dezembro. Os ativistas planejaram uma semana de mobilizações contra o AFTA que deverá coincidir com a rodada de Tucson.

Regiões da IGTN em Ação

Seminário Virtual Latino-americano sobre Gênero e Comércio

Rede Latino-americana do Gênero e Comércio

Atualmente, mais de 120 participantes de 18 países latino-americanos estão ativamente engajados num Seminário Virtual sobre Gênero e Comércio. ^[4] Os participantes estão lendo trabalhos escritos especialmente para o seminário, avaliando comentários feitos por especialistas da Região, participando de fóruns de debate, fazendo exercícios e redigindo uma dissertação com vistas a promover enriquecedoras trocas entre si. Mais da metade dos participantes vem do movimento das mulheres, organizações sociais e de base, sindicatos e instituições acadêmicas.

Os objetivos do Seminário Virtual são:

- Fornecer conhecimento conceitual e metodológico sobre gênero, comércio internacional e acordos regionais;
- Atualizar informações sobre negociações multilaterais e bilaterais, sobre integração e acordos comerciais na Região, e sobre a posição da Sociedade Civil com relação a essas negociações;
- Analisar a pauta dos movimentos sociais na Região com relação ao comércio internacional;
- Promover uma articulação voltada para a troca de experiência e informação sobre questões de gênero e comércio.

O primeiro estágio do Seminário Virtual, que incluiu três módulos conceituais (comércio internacional a partir de uma ótica do gênero; o sistema de comércio multilateral, seus riscos e potencialidades; e protesto social como uma resposta às políticas econômicas na América Latina), se encerrou no dia 07 de dezembro. Desenvolveu-se uma rica discussão em torno das questões do gênero, da economia e do comércio, e o papel da sociedade civil no contexto da globalização neoliberal. O diálogo constante incluiu troca de experiências e a construção de um conhecimento coletivo.

As próximas etapas do Seminário incluirão a elaboração de uma dissertação sobre os tópicos escolhidos por cada participante ou equipe, a ser concluída até março de 2005. À guisa de uma orientação durante o trabalho, será designado um tutor para cada participante ou equipe. Em abril de 2005, será realizado um último fórum de debates para analisar as dissertações recebidas e trocar experiências de incidência.

Há mais informações sobre o Seminário Virtual em:

www.generoycomercio.org <<http://www.generoycomercio.org/>>

Perguntas ou comentários podem ser enviados para:

seminariovirtual@generoycomercio.org
<mailto:seminariovirtual@generoycomercio.org>

Beijing + 10 Encontra OMC + 10: Conferência sobre o impacto da liberalização do comércio sobre a segurança econômica das mulheres nos Estados Unidos

Center of Concern, Secretariado da USGTN

Em 17 de novembro de 2004, o Center of Concern, presidindo a USGTN, realizou uma oficina de um dia de duração, 'Beijing + 10 Encontra OMC + 10', como parte da preparação da IGTN para a Comissão sobre o Status das Mulheres (CSW), que se realizará em breve. A primeira sessão da manhã contou com uma apresentação de Kathy Hendrix, do Development and Training Services, sobre as Promessas de Beijing. Maria Riley, do Center of Concern, tocou então nos desafios que a OMC apresenta à implementação da Plataforma de Beijing para Ação. A segunda sessão da manhã começou com a apresentação de um painel sobre o impacto de base que a liberalização do comércio traz para as mulheres nos Estados Unidos. Esta sessão contou com as seguintes palestrantes: Cathy Feingold, da AFL-CIO; Leslie Hossfeld, doutora da Universidade da Carolina do Norte em Pembroke; Kathy Ozer da Coalizão Nacional da Agricultura Familiar; Cecelia Perry da AFSCME; e Kalapi Roy da FAFIA-Canada.

À tarde, os participantes se desmembraram em três grupos de trabalho para discutir e elaborar recomendações para a análise da CSW para Beijing + 10 e o Governo Bush sobre os tópicos: 1) necessidades básicas e privatização; 2) o papel do governo: democracia, militarização da economia e segurança nacional; e 3) emprego e imigração.

O Center of Concern emitirá um relatório detalhado sobre o conteúdo e as recomendações oriundas da conferência no início do ano que vem. Esse relatório também servirá como base da contribuição da USGTN para um documento global da IGTN que está sendo preparado para a Comissão das Nações Unidas sobre o Status das Mulheres, a sua parte na análise de Beijing + 10.

Gênero, Comércio e Desenvolvimento

Eventos e Avisos

Beijing + 10 Encontra OMC + 10: Fórum Nacional Consultivo – Filipinas

IGTN Ásia

No dia 03 de dezembro de 2004, em cooperação com sete outras organizações de mulheres, a IGTN realiza um fórum nacional consultivo de um dia de duração sobre Beijing + 10 Encontra OMC + 10, das 08:30h às 17:00h, no Instituto de Estudos Ambientais, da Miriam College, na avenida Katipunan, Q.C., nas Filipinas.

O ano de 1995 marcou a fundação da Organização Mundial do Comércio (OMC, antigo GATT) e a realização, pela China, da 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres. Essa conferência produziu a Plataforma de Beijing para Ação (BPFA). No 10º aniversário de ambos os eventos, é claro que as políticas de comércio e investimento da OMC estão tendo impactos negativos em termos de gênero, sublinhando ao mesmo tempo a

falta de vontade política dos governos para a implementação da BPFA. As Filipinas são um desses casos em que o livre comércio se tornou a pedra angular das políticas de desenvolvimento do governo, desalinhando, quando não revertendo, quaisquer elementos positivos da BPFA que tivesse o potencial de melhorar o status econômico das mulheres.

Nesse sentido, o Fórum Nacional Consultivo irá propiciar um espaço para explorar os elos macro-micro e intersetoriais em torno das questões do gênero e do comércio com vistas a apoiar a capacidade das redes do comércio e grupos de mulheres para uma efetiva incidência nacional, em seus próprios países.

Para fazer reservas e obter maiores informações, queira entrar em contato com o escritório do Instituto das Mulheres e do Gênero (WAGI) no número 4359229.

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para secretariat@igtn.org e coloque “assinar” na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.

Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN na Internet: <http://www.igtn.org/Bulletins/Bulletins.html>

[1] <outbind://60/#_ftnref1> Os termos são *ad valorem* quando a taxa é expressa como porcentagem fixa do valor do item importado e os termos não são *ad valorem* quando as taxas são expressas de várias formas, a saber: (i) taxas específicas: unidades monetárias específicas são cobradas por unidade de uma dada quantidade (por exemplo: peso, superfície, peça, cabeça etc.); (ii) taxas compostas: aquelas que compreendem uma taxa *ad valorem* à qual, ou da qual, uma taxa específica é acrescentada, ou subtraída; (iii) taxas mistas: uma opção condicional entre uma taxa *ad valorem* e uma taxa específica, sujeita a um teto ou um piso; e (iv) outras formulações (categoria residual): taxas determinadas por complexos fatores técnicos. Por exemplo, o conteúdo percentual do componente agrícola (açúcar, leite, teor alcoólico etc.) determina o montante da taxa.

[2] <outbind://60/#_ftnref2> A Costa Rica apresentou essa proposta em nome da Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela.

[3] <outbind://60/#_ftnref3> Inclusive Canadá, Austrália e Costa Rica.

[4] <outbind://60/#_ftnref4> O *Seminário Virtual* está sendo realizado neste período de outubro de 2004 até abril de 2005 como parte do projeto “Redes de Treinamento e Informação sobre Gênero e Comércio – América Latina” financiado pela UNIFEM. A direção do seminário é do Ponto Focal argentino da IGTN-América Latina, Norma Sanchís.